

O INTERTEXTO DESCONHECIDO¹

Michael Riffaterre*

Em nome dos meus colegas do Departamento de Francês e Filologia Românica, dou boas-vindas aos participantes deste simpósio. Gostaria também de expressar nossos agradecimentos ao amigo Karl Uitti; é por sua iniciativa que nos encontramos aqui reunidos e que Princeton e Columbia acolhem juntas os membros deste colóquio. Somos-lhe especialmente gratos por ter ambicionado lembrar, optando por nosso campus em vez do seu, a influência que Columbia exerceu no desenvolvimento dos estudos medievais nos Estados Unidos. Poucos homens contribuíram tanto para tal feito quanto Lawton P. G. Peckham, que acabamos de perder, e a cuja memória este colóquio é dedicado. Sua própria carreira simboliza a colaboração de nossas duas universidades, visto ter feito seu doutorado em Princeton antes de vir lecionar literatura medieval em Columbia, tendo atuado como “chairman” e diretor da Faculdade de Artes e de Ciências. Nós, que nos beneficiamos de sua erudição e ensino, permaneceremos fiéis a seu exemplo e à lembrança de sua amizade.

Gostaria ainda de salientar o que a evolução da revista que publicamos possui de significativo: há muito considerada a equivalente americana de Romania, nossa Romanic Review se concentra agora na teoria da literatura e na aplicação da semiótica à análise textual, sem, no entanto, abandonar a Idade Média. Nada de surpreendente nisso: os medievalistas estiveram entre os primeiros a renovar seus métodos à luz da poética moderna. O tema do colóquio de hoje reflete essa renovação, e vou usá-la como desculpa para acrescentar algumas palavras sobre um problema que a voga atual da intertextualidade levanta.

Esse problema é a confusão que muitas vezes se faz entre *intertextualidade* e *intertexto*. O intertexto são todos os textos que podemos relacionar com aquele que temos à nossa frente, todos os textos que reencontramos em nossa memória ao ler uma determinada passagem. O intertexto é, portanto, um corpus indefinido. Podemos sempre, de fato, reconhecer seu começo: o que desencadeia associações de memória é o texto, tão logo começamos a lê-lo. Evidentemente, em contrapartida, não vemos seu fim. Essas associações são mais ou menos extensas, mais ou menos ricas, conforme a cultura do leitor. Elas se prolongam e se desenvolvem segundo o adiantamento dessa cultura, ou mesmo em função do número de vezes que relemos um texto. No entanto, o erro que a maioria dos críticos que hoje invocam a intertextualidade comete, penso eu, é acreditar que ela consista simplesmente em um conhecimento ou tomada de consciência do intertexto.

Se a intertextualidade se reduzisse a isso, não haveria necessidade alguma do termo, pois ela abrangeria apenas áreas conhecidas e às quais se aplica uma terminologia clara e comprovada. O conhecimento do intertexto anterior dependeria da história das influências, das filiações literárias, da pesquisa tradicional das fontes, uma tradição atualmente bastante desconsiderada. O conhecimento do intertexto posterior dependeria da história da sobrevivência de uma obra, o que a filologia do último século chamava de *Nachleben* (“sobrevivência”). O conhecimento acrônico do intertexto dependeria da tematologia.

Mas a questão vai muito além da metalinguagem. Se a intertextualidade se reduzisse ao conhecimento do intertexto, ela funcionaria tanto melhor quanto melhor o leitor conhecesse esse intertexto. Ela deixaria de funcionar assim que surgisse uma geração de leitores para a qual as tradições da geração anterior fossem letra morta. Ela desapareceria se o conteúdo de uma

* Universidade de Columbia

cultura mudasse, se o socioleto do leitor de hoje diferisse muito daquele dos leitores contemporâneos à criação do texto. Devo sublinhar que esse é, por excelência, o caso da literatura medieval. Sabemos muito pouco sobre as trocas culturais da Idade Média para realmente nos colocarmos no lugar dos leitores do século XIII, por exemplo, ou para reconstituir a imagem que os autores da época faziam dos destinatários de suas obras.

Mas não há razão para acreditar que um conhecimento mais desenvolvido, mais profundo do intertexto faça a intertextualidade funcionar melhor. No máximo, ele a faz funcionar de maneira diferente. O acidente histórico que é a perda do intertexto não poderia ocasionar a interrupção do mecanismo intertextual, pela simples razão de que o que aciona esse mecanismo é a percepção, no texto, do *traço* do intertexto. Ora, esse traço consiste em anomalias *intratextuais*

²: uma obscuridade, por exemplo, uma formulação inexplicável apenas pelo contexto, uma inadequação em relação à norma que constitui o idioleto do texto. Chamarei tais anomalias de agramaticalidades. O termo não deve ser entendido no sentido estrito de erro gramatical: ele abrange também toda alteração de qualquer um dos sistemas da linguagem: morfológico, sintático, semântico, semiótico. Essas agramaticalidades indicam a presença latente, implícita, de um corpo estranho, que é o intertexto. São suficientes para provocar no leitor reações que a identificação do intertexto continuará e prolongará, mas que, no nível mínimo, bastam por si mesmas.

Portanto, redefinirei assim a intertextualidade: trata-se de um fenômeno que orienta a leitura do texto, que governa eventualmente sua interpretação, sendo o oposto da leitura linear. É o modo de percepção do texto que governa a produção da significância, enquanto a leitura linear apenas governa a produção do sentido. É o modo de percepção graças ao qual o leitor toma consciência do fato de que, em uma obra literária, as palavras não significam por referência a coisas ou a conceitos, ou, de modo mais geral, por referência a um universo não verbal. Elas significam por referência a complexos de representações já completamente integrados ao universo linguageiro. Esses complexos podem ser textos conhecidos ou fragmentos de textos que sobrevivem à separação de seu contexto e que, em um novo contexto, são reconhecidos como pré-existentes. Tais complexos acabam se tornando a moeda corrente do socioleto. Eles ainda podem estar ligados (ou ter estado ligados num primeiro estágio de existência) a um gênero (por exemplo, as fórmulas da canção de gesta ou os clichês na descrição de heróis que uma tese de Columbia estudou em Chrétien de Troyes)³. Mas eles são também sistemas descritivos⁴ que não são mais ligáveis a seus textos originais e que dependem somente da consciência linguística do leitor.

Assim entendida, a produção do sentido na obra literária resulta de um procedimento duplo de leitura: por um lado, a compreensão da palavra *de acordo com as normas da linguagem e as imposições do contexto*; por outro lado, o conhecimento da palavra como *membro de um conjunto* no qual ela *já* desempenhou um papel definido *em outro lugar*. O que não significa que a leitura literária siga uma prática do *déjà-vu*: ela é isso, porém, de forma mais ampla, é uma prática do que poderia ter sido *déjà-vu*. *Déjà-vu* real, portanto, mas também *déjà-vu* potencial. Porque cada palavra pertinente do texto literário, isto é, cada palavra estilisticamente marcada significa na medida em que *pressupõe um texto*. Então, o texto que lemos combina lexemas e sintagmas, como qualquer sequência verbal, mas ele só é literário na medida em que também combina os textos aos quais esses lexemas pertencem originalmente e os textos dos quais esses sintagmas são apenas citações parciais.

Devemos, portanto, representar o texto literário não como uma sequência de palavras agrupadas em frases, mas como um *complexo de pressuposições*, cada palavra do texto sendo como a ponta do iceberg proverbial. O texto se comporta como uma sequência de encaixes (no sentido linguístico do termo), uma série de textos, reduzidos a lexemas que os simbolizam, uma

série de textos lexicalizados, cada um dos quais se apoia em um complexo intertextual. A única maneira, penso eu, de remediar o desconhecido relativo do intertexto medieval é alterar a direção tradicional da pesquisa, aquela da restituição arqueológica. Em vez de reconstituir um corpus, tentar determinar a natureza das pressuposições, definir as regras pelas quais um pressuposto desencadeia no leitor uma escrita ou no ouvinte um dizer, uma atividade associativa que o faz identificar a ausência do texto, e completar uma mensagem cujo vazio parcial, cuja incompletude o convida a reconstituí-la.

Data de submissão: 21/07/2022

Data de aceite: 18/11/2022

¹ Texto publicado originalmente em francês na revista *Littérature* n°41 (1981, p. 4-7) com o título “*L’intertexte inconnu*”. Tradução de Mariana da Silva Frauches, Nívia de Souza Costa e Aduino Lúcio Caetano Villela, com revisão técnica de Charlene Martins Miotti. Agradecemos, em primeiro lugar, ao Professor Michael Riffaterre, autor do texto, na pessoa de seu representante, e à revista *Littérature*, editada por Dunod e Université Paris 8, representada na pessoa de Martin Mégevand, por terem-nos gentilmente cedido os direitos autorais para publicação do texto em língua portuguesa, em 15/12/2020. Em segundo lugar, mas não menos importante, agradecemos ao Programa de Pós-graduação em Letras da UFJF que, por meio de convênio firmado entre a coordenação do programa e a coordenação do curso de Letras-Bacharelado em Tradução da UFJF, propiciou a realização da tradução deste importante texto da área de Estudos Literários no âmbito do Estágio Supervisionado em Tradução-Francês da Faculdade de Letras.

² Tentei definir esse fenômeno em um artigo posterior a esta comunicação. “La Trace de l’intertexte”. *La Pensée française*, outubro de 1980.

³ Alice M. Colby. *The Portrait in Twelfth Century French Literature*, Genebra. Droz. 1965. Tive a sorte de orientar essa tese: que isso sirva para perdoar um simples teórico por vir falar diante medievalistas.

⁴ Sobre o sistema descritivo, ver minha *Production du texte*, Paris. Seuil. 1979. Esbocei uma tipologia de intertextualidade em “Syllepsis”. *Critical Inquiry* (Chicago) 6.4, verão de 1980. p. 625-638.